

## ESTRUTURA DE TERRAS E TRANSIÇÃO DO TRABALHO EM UM GRANDE CENTRO CAFEIEIRO, JUIZ DE FORA 1870 – 1900

Luiz Fernando Saraiva<sup>1</sup>

O nosso objetivo no presente trabalho é o de entendermos as *condições materiais* na qual se deu a transição do trabalho escravo para o livre nas fazendas de café da Zona da Mata mineira, principalmente a partir de seu maior município Juiz de Fora. Por *condições materiais*, vamos entender o regime de terras – embora não somente – adotado na região, já que é a propriedade da terra, uma das principais formas de controle dos trabalhadores, tanto no passado, quanto no presente.

Para tanto, partimos da análise de 682 inventários *post-mortem* para o período de 1870 – 1900 sob a guarda do Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (doravante AH-UFJF). Grande parte destes inventários constitui-se em fontes inéditas, podendo então complementar as pesquisas já realizadas, além de acrescentarem novos dados para entendermos esta região.

A região da Zona da Mata mineira, situada no sudeste de Minas, já foi considerada como a *Zona Silenciosa da História de Minas*<sup>2</sup>, porém, nas últimas três décadas vêm despertando uma série de novos estudos entre historiadores. Nestes trabalhos têm-se reconsiderado questões como a sua formação, importância econômica e política frente ao cenário nacional no final do oitocentos, modernização e decadência econômica entre outros assuntos. Por outro lado, temas controversos também têm sido levantados, o que leva a necessidade de se aprofundar estudos sobre a região.

De origem relativamente tardia dentro da capitania, depois província das Minas Gerais, a Zona da Mata mineira somente começou um maior desenvolvimento a partir do início do século XIX. Região ligada ao abastecimento das minas do ouro no século XVIII, já no século XIX o fluxo se inverte, sendo que a Mata mineira passa a fornecer principalmente gêneros alimentícios e drogas do sertão para a Corte que recém

---

<sup>1</sup> Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

<sup>2</sup> Cf. BLASENHEIN, Peter. **Uma História Regional: A Zona da Mata Mineira - 1870 / 1906**. In: V Seminário de Estudos Mineiros. PROEP/UFMG, Belo Horizonte, 1982.

instalara-se no Rio de Janeiro<sup>3</sup>. Se no princípio do Oitocentos a produção da região era basicamente de alimentos, a entrada do café na região iria dinamizar toda a área da Mata, desde o sul-fluminense, até a divisa com o Espírito Santo já no início do século XX. Diversos municípios surgiram deste ‘boom’ cafeeiro, ou então atravessaram um grande crescimento a partir da expansão desta lavoura.

Juiz de Fora, nosso ‘alvo’ nesta pesquisa, localiza-se ao sul da Zona da Mata, a região como um todo teve uma produção cafeeira crescente a partir de 1850, sendo a região mais rica da província até o início do século XX<sup>4</sup>. Correspondendo a apenas 5% do território do estado de Minas Gerais, essa região encontra-se próxima ao Vale do Paraíba Fluminense, onde se localizava a Corte e principal centro de produção voltado para a exportação do país durante o século XIX, além de ser grande produtor de café durante todo o oitocentos, somente entrando em decadência, já no século XX, ao final da década de vinte.<sup>5</sup>

Sobre a Zona da Mata mineira já existem vários trabalhos que tratam da expansão cafeeira e sobre o ‘complexo’ econômico gerado a partir desta atividade. As visões, em geral, se alternam em demonstrar como na região existiu um modelo pouco ‘diferenciado’ do caso paulista, ou fluminense, principalmente porque esta região tenha tido sempre uma participação ‘menor’ ou dependente em relação ao Rio de Janeiro; porto escoador do café e, inicialmente, centro financiador da cafeicultura matense.

Esta historiografia é principalmente apoiada nos discursos de Presidentes de Província, Anais da Assembléia Legislativa Provincial, debates e artigos de fazendeiros e seus prepostos nos jornais e diversos congressos agrícolas<sup>6</sup> que trazem *lato sensu* um ‘discurso de crise’, principalmente a partir da república e dos debates travados pelas diversas frações de classe dos fazendeiros. Entre os trabalhos mais importantes temos **Café e Indústria em Minas Gerais** de João Heraldo Lima, **A Zona da Mata Mineira**

---

<sup>3</sup> MERCADANTE, Paulo. **Os sertões do Leste (Estudo de uma Região: A Mata Mineira)**. s/ed. 1973.

<sup>4</sup> GIROLETTI, Domingos. **A Modernização Capitalista em Minas Gerais**. Tese de Doutorado. Museu Nacional, UFRJ, 1987, p. 66 (tabela).

<sup>5</sup> PIRES, Anderson, **Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora: 1870 / 1930**. Niterói: Dissertação de Mestrado, ICFH/UFF, 1993.

<sup>6</sup> Estes trabalhos são: GIROLETTI, Domingos. op cit; BLASENHEIN, Peter. op. cit; LIMA, João Heraldo. **Café e Indústria em Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981 e LANNA, Ana L. **A Transformação do Trabalho: A passagem para o trabalho livre em Minas Gerais 1870 – 1920**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1995.

de Peter Blasenhein e a **Transformação do Trabalho: a passagem do trabalho livre na Zona da Mata Mineira** de Ana Lúcia Duarte Lanna que nos dão um painel bastante significativo da Mata de então.

Entretanto, em vários aspectos, principalmente sobre as características econômicas da região, novos estudos têm lançado importantes contribuições e revelado novas características sobre a Mata mineira. Trabalhos como os de Anderson Pires **Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora: 1870 / 1930**<sup>7</sup> ou de Rômulo Garcia Andrade **Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata e Minas Gerais, século XIX**<sup>8</sup> centrado principalmente em Juiz de Fora, tem por um lado, contribuído para desfazer a visão de ‘decadência’ ou de uma ‘dependência completa’ para com o Rio de Janeiro. Por outro lado, têm mostrado a Mata mineira como uma região que se constitui em um dos pólos mais dinâmicos da produção cafeeira e da urbanização/industrialização do Brasil entre fins do século XIX e início do XX. Estes estudos despertaram não só o interesse por novas pesquisas, como também demonstraram a necessidade de se entender esta região a partir de uma visão menos ‘atrelada’ aos grandes centros e mais voltada sobre sua dinâmica própria e com ‘soluções’ (para o encaminhamento da mão-de-obra) diferentes dos ‘casos’ paulista ou fluminense.

Parte desta ‘renovação’ na historiografia se deve ao fato que estes estudos mais recentes foram realizados a partir de novas fontes – análise de inventários *post-mortem*, listas de leilões e matrículas de escravos, por exemplo – sendo então necessário revermos a percepção sobre a economia matense. Assim, poderíamos colocar uma análise ‘consagrada’ da estrutura agrária da Mata feita por Ana Lanna:

“Mas se compararmos as propriedades mineiras com aquelas do Oeste Paulista constataremos seu reduzido tamanho e volume de produção. A economia mineira do século XIX caracterizou-se pela diversidade econômica e pela importância de atividades mercantis não vinculadas à produção voltada para a exportação internacional - ouro, café e cana. A economia cafeeira vinculava-se fundamentalmente ao Rio de Janeiro, por onde era exportada a

---

<sup>7</sup> PIRES, Anderson, op cit

<sup>8</sup> ANDRADE, Rômulo Garcia. **Limites Impostos Pela Escravidão à Comunidade Escrava e Seus Vínculos de Parentesco: Zona da Mata e Minas Gerais, Século XIX**. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.

quase totalidade da produção e onde localizavam-se as instituições creditícias e comercializadoras do produto”<sup>9</sup>.

A partir da leitura do parágrafo acima, podemos perceber o quanto tem variado a compreensão sobre a Zona da Mata. A visão, tida como consensual, do predomínio da pequena e média propriedade cafeeira para a Região vem principalmente de João Heraldo Lima que toma por base o relatório publicado pelo engenheiro Carlos Prates em 1906 – encarregado pelo Governo de Minas de examinar as condições das diversas lavouras da Zona da Mata. No citado relatório, Prates aponta para a existência das pequenas e médias unidades produtoras, o que Lima acaba por considerar como correto para a região.<sup>10</sup> Entretanto, Rômulo Garcia de Andrade questiona esta visão, onde “*ao nosso ver falta-lhe comprovação empírica para tal opinião*”,<sup>11</sup> através do estudo de inventários *post-mortem* e dos Editais de Leilões publicados nos jornais de Juiz de Fora, pesquisados entre os anos de 1870/80, o autor encontrou que o tamanho médio das propriedades da Mata era o de 236 alqueires com plantéis compostos entre 60 a 198 escravos e 237.714 pés de café. Isto significava que, em média, as propriedades da Zona da Mata só não eram superiores ao Espírito Santo e em número de pés de café inferiores somente ao do Rio de Janeiro<sup>12</sup>.

Ao mesmo tempo, a visão de uma produção marcada pela “*diversidade econômica e pela importância de atividades mercantis não vinculadas à produção voltada para a exportação internacional*”, não corresponde às pesquisas nos inventários *post mortem* de Juiz de Fora, apesar da existência de uma produção de alimentos e criação de animais domésticos nas fazendas comprovadas inclusive por Rômulo, porém o próprio autor ressalta que esta produção era mais para o consumo interno, não se constituindo em grande atividade mercantil<sup>13</sup>.

Por fim, a vinculação da região à estrutura financeira e creditícia do Rio de Janeiro também deve ser relativizada, pois a fundação de dois bancos ainda na década

---

<sup>9</sup> LANNA, Ana Lúcia Duarte. op. cit p. 15

<sup>10</sup> LIMA, João Heraldo. op cit. p. 26-37. LANNA, Ana. op. cit também corrobora com esta visão.

<sup>11</sup> ANDRADE, Rômulo Garcia. **Escravidão e Cafeicultura em Minas Gerais: O Caso da Zona da Mata.** In: Revista Brasileira de História. São Paulo: Volume. 11, no. 22, pp. 95-125 mai/ago. 1991. p. 96

<sup>12</sup> Idem, p. 95 – 97 a partir do estudo de ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. *Escravidão e Transição.* Rio de Janeiro, Ed Graal, 1984, p. 90.

<sup>13</sup> ANDRADE, Rômulo Garcia. Tese de Doutorado, USP, 1995.

de 1880, o Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais (BTMM), fundado em 1887 e o Banco de Crédito de Real (até há pouco tempo em funcionamento) fundado em 1889 está intimamente ligada aos setores cafeicultores da região, significando que:

Ainda como corolário deste processo, a atividade financeira parece ter adquirido uma autonomia frente a atividade comercial que é sintomático de seu desenvolvimento: passa a existir cada vez mais como um segmento próprio, autônomo, com contornos e limites relativamente definidos no interior da estrutura econômica agroexportadora e com funções e papéis específicos no processo geral de reprodução daquela estrutura.<sup>14</sup>

Ou seja, a estrutura agroexportadora da Zona da Mata foi capaz de gerar um sistema de reprodução ampliada, desvinculado, principalmente das casas creditícias (mas também comercializadoras) do Rio de Janeiro, principalmente a partir de 1890<sup>15</sup>.

Outro ponto especialmente importante para delimitar nosso objeto de pesquisa é quanto aos limites da produção cafeeira da mata. Para Ana Lanna e João Heraldo, a região já contaria com as *fronteiras agrícolas* fechadas a partir da última década do século XIX, sendo que então, por volta de 1910, o café na região já estaria em decadência como um todo, decadência esta prolongada por todo o século XX.<sup>16</sup> Anderson se contrapõe a esta idéia, quando demonstra que a produção matense foi, para até 1926, superior às demais regiões mineiras, sendo então, a Zona da Mata, o principal produtor cafeeiro durante o período de 1870 a 1920.<sup>17</sup> Se não existiam fronteiras abertas como no Oeste Paulista, onde segundo José de Souza Martins '*o principal negócio dos cafeicultores era a criação de novas fazendas*'<sup>18</sup>, vemos, entretanto, que a região, ou o município, não apresentava um esgotamento de terras, como já era sensível no Vale da Paraíba, principalmente fluminense, onde Fragoso em trabalho sobre Paraíba do Sul e demonstra terem as matas virgens preço superior ao dos próprios cafezais<sup>19</sup>. Em Juiz de

---

<sup>14</sup> PIRES, Anderson. op cit. p. 55.

<sup>15</sup> Idem, pp. 48 - 79.

<sup>16</sup> Ver principalmente em LANNA, Ana L. D. op cit. e LIMA, João Heraldo. op cit.

<sup>17</sup> PIRES, Anderson op cit. p. 96.

<sup>18</sup> MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. 2a ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1981. p. 68

<sup>19</sup> FRAGOSO, João L. Ribeiro. **Sistemas Agrários em Paraíba do Sul: (1850-1920). Um Estudo de Relações Não-Capitalistas de Produção**. Dissertação de Mestrado. UFRJ, 1983. Cf. também STEIN, Stanley. **Grandeza e Decadência do Café do Vale do Paraíba**. Tradução de Edgar Magalhães. São Paulo: Brasiliense, 1961.

Fora somente a partir da abolição as matas virgens irão ultrapassar os cafezais, sendo que no interior das fazendas ainda havia possibilidade de expansão das lavouras cafeeiras.

Se considerarmos a análise de Pires, vemos que *a produção de café na Zona da Mata Mineira não entra em decadência no período imediatamente após a abolição*, devendo mesmo o seu impacto ser relativizado, pois a produção continuou ascendente durante todo o período. Ao mesmo tempo, *a mão-de-obra escrava foi a principal forma de trabalho utilizada pelos cafeicultores da região até a lei Áurea* – fato este incontestado em toda a historiografia – temos então que a não só a transição para o trabalho livre se deu sem comprometer a produção, mas que, também esta transição se revela fundamental para entendermos a cafeicultura matense para todo o período. Para além, vemos *a mão-de-obra imigrante não se constituiu na principal modalidade de trabalho para a região*, sendo que a utilização de italianos e alemães foi voltada principalmente para atividades urbanas e industriais.<sup>20</sup> Ou seja, na verdade temos um quadro muito mais complexo e multifacetado do que até então se supunha.

Assim, entender a forma, ou as formas, desta transição adquire importância renovada para a compreensão da economia e sociedade brasileira dos séculos XIX e XX. Cumpre destacar aqui que não é somente a discussão sobre *qual* foi este trabalhador (nacional/estrangeiro, liberto/homem livre pobre), mas principalmente sobre *de que forma* se deu esta transição, ou seja, as relações sociais de trabalho e produção estabelecidas no período.

Já foi dito que é consenso na historiografia especializada sobre o tema ter sido o braço escravo a forma de trabalho predominantemente adotada na região até a abolição.<sup>21</sup> Mesmo assim, para aprofundarmos a discussão e termos uma visão mais completa do número de cativos nas províncias do Império no período final da escravidão, é necessário destacar que Minas Gerais foi aquela que mais concentrou

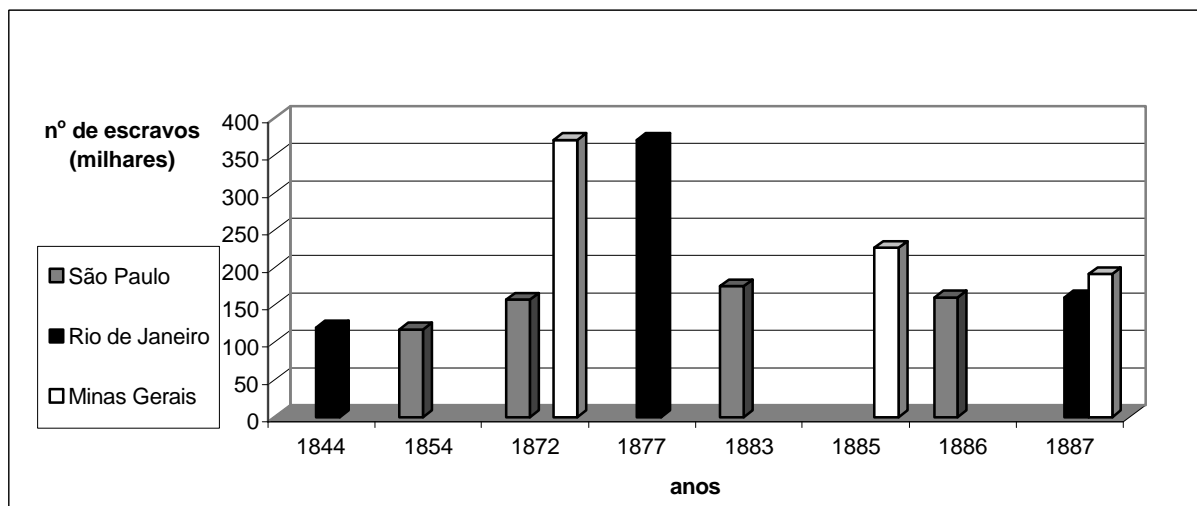
---

<sup>20</sup> GIROLETTI, Domingos. op cit.

<sup>21</sup> BLASENHEIN, Peter *“Uma História Regional: A Zona da Mata Mineira - 1870 / 1906”* IN: V Seminário de Estudos Mineiros. UFMG/PROEP, Belo Horizonte, 1982, LIMA, João Heraldo, *“Café e Indústria em Minas Gerais”* Vozes, Rio de Janeiro, 1981. LANNA, Ana *“A Transformação do Trabalho: A passagem para o trabalho livre em Minas Gerais 1870 - 1920”* dissertação de mestrado, UNICAMP, 1995 mimeo

escravos nas últimas décadas do trabalho cativo no Brasil, como podemos observar no gráfico I:

**Gráfico I: Número de Escravos por Províncias 1844 - 1887**



Fonte: COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia** São Paulo, UNESP, 3ª ed. 1998 p.195 - 253/255

Dos escravos da província do Rio de Janeiro, principalmente na década final da escravidão, uma parcela significativa dos mesmos se concentrava em atividades urbanas, na corte e, portanto, estavam desvinculados do trabalho nas fazendas<sup>22</sup>. Já na província de São Paulo, a utilização do trabalho imigrante já estava bem avançada, sobretudo nas áreas do ‘novo oeste paulista’. Assim, era a província de Minas Gerais que mais concentrava escravos, no Brasil, em atividades *predominantemente* rurais, como iremos trabalhar mais à frente<sup>23</sup>. Ao mesmo tempo, a Zona da Mata Mineira concentrava a maior parte dos escravos de toda a província de Minas, ou cerca de 101.588, para um total de 286.497 escravos no ano de 1886, como podemos perceber abaixo:

<sup>22</sup> Ver entre outros CHALLOUB, Sidney. **Visões de Liberdade: Uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

<sup>23</sup> Sobre esta discussão (acerca do número de escravos para o final da Escravidão no Brasil) cf. também, CONRAD, Robert. **Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil: 1850-1888**. Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2a. Edição, 1978, anexos p. 344 – 361, principalmente a parte onde este relaciona o maior número de escravos para Minas Gerais em 1884, 301.125 escravos p. 347 e o crescimento da população mancipia para Minas Gerais entre o período de 1874 – 1884, p 351.

**TABELA I: plantel de Escravos das Principais Cidades da Zona da Mata, Referentes ao ano de 1886.**

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO ESCRAVA
Juiz de Fora	20.905
Mar de Espanha	11.777
Leopoldina	10.905
Ubá	8.656
Além Paraíba	8.029
Rio Pomba	6.029
Rio Preto	5.410
Muriaé	5.326
Cataguases	4.955
Ponte Nova	4.732
São João Nepomuceno	4.125
Rio Novo	3.662
Viçosa	3.042
Carangola	2.127
Rio Branco	1.908
Total da Zona da Mata	101.588
Total de Minas Gerais	286.497

Fonte: Relatório da Presidência de Minas Gerais - 1886, *in* LIMA, J. H. Op. cit p. 21.

A origem desta concentração de escravos pode ser explicada tanto pela atividade mineradora quanto pela questão do tráfico interprovincial e intraprovincial de escravos, principalmente para a região da Mata, como bem destaca Peter Blasenhein:

“Uma diferença significativa distinguiu a Mata do resto da zona do café. O comércio intraprovincial de escravos, que realocizou os escravos da decadente Zona de Mineração na dinâmica da Mata, manteve a viabilidade da escravidão na Mata - diferentemente das Províncias do Rio e de São Paulo - pelo menos até 1886, quando o regime escravista nacional começou a se desintegrar”.<sup>24</sup>

As leis relativas ao tráfico interprovincial de escravos, notadamente a lei de 1872, vão dificultar a transferência e registro de escravos principalmente no caso paulista, mas para a Zona da Mata mineira, ao que parece, seus efeitos não inviabilizaram a cultura cafeeira, nem tampouco exigiram novas modalidades de trabalho – a utilização maciça de imigrantes – como no oeste paulista.

<sup>24</sup> BLASENHEIN, Peter. Op cit. p.74



Vemos também no artigo **Tráfico interno de escravos na região de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX**, de Cláudio Heleno Machado, a partir de um cuidadoso estudo em registros de compra e venda de escravos, livros de nota, matrículas de cativos a ‘comprovação’ da hipótese de Peter Blasenhein de que a Zona da Mata mineira se ‘beneficiou’ a partir do tráfico intraprovincial de escravos (que não estava sujeito a pesados impostos como no caso da comercialização de escravos *entre* as províncias), principalmente da decadente região mineradora. Neste estudo, a viabilidade da manutenção do trabalho cativo na Zona da Mata mineira dá-se pela importância que a cidade de Juiz de Fora tinha como ‘centro’ de aquisição e mesmo comercialização de escravos<sup>25</sup>.

Tentando sintetizar algumas questões apenas esboçadas, podemos perceber que Juiz de Fora foi o maior município escravista de Minas Gerais até o final do processo de Abolição. Isto, em momento algum significou uma recusa dos grandes proprietários rurais em atividades ‘modernizantes’, ou então que eles teriam uma mentalidade mais conservadora. Nos trabalhos de Anderson Pires e também de Rita Almico, podemos perceber que grande parte da modernização da cidade e região vai ter a sua origem em iniciativas e capitais dos grandes cafeicultores locais.<sup>26</sup>

A questão da terra, ou melhor, o regime de propriedade da terra e as atividades desenvolvidas, torna-se, ao nosso ver, condição fundamental para se deslindar as *condições materiais* desta transição e, o nosso principal objetivo neste trabalho. A existência de uma grande concentração de terras para a região explica, em parte, como os grandes fazendeiros de Juiz de Fora conseguiram manter os trabalhadores nas fazendas, tanto no antes, quanto no pós-Abolição.

---

<sup>25</sup> MACHADO, Cláudio Heleno. **Tráfico interno de escravos na região de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX**. São Paulo: Núcleo de Estudos em História Demográfica. FEA\_USP, [http://members.tripod.com/~Historia\\_Demografica/INDEX.HTM](http://members.tripod.com/~Historia_Demografica/INDEX.HTM), Boletins. HTM, novembro de 1999, n. 18., Rômulo Garcia também destaca o tráfico interno de escravos como um importante mecanismo para a manutenção da viabilidade da escravidão para a região matense, ANDRADE, op cit. p. 80

<sup>26</sup> PIRES, Anderson. Op cit. ALMICO, Rita de Cássia da S. **Fortunas em Movimento: Um Estudo Sobre as Transformações na Riqueza Pessoal em Juiz de Fora/1870 – 1914**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia/Unicamp, 2001. Sobre a questão da mão-de-obra escrava em Juiz de Fora e também sobre a mentalidade dos fazendeiros cf. SARAIVA, Luiz Fernando. **Um Correr de Casas, Antigas Senzalas: A transição do trabalho escravo para o livre nas fazendas de café, 1870 – 1900**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História UFF, 2001 capítulo I.

Para ampliarmos a discussão sobre a importância da atividade cafeeira para a região, nosso principal interesse, no momento, é o de determinarmos o tamanho médio das fazendas durante o período estudado, tema já amplamente debatido pela historiografia da região e essencial para entendermos de que economia estamos falando. Na verdade, vamos tentar demonstrar a importância e a preponderância da grande unidade cafeeira para a produção da Zona da Mata, ou de Juiz de Fora, visto que esta região já foi classificada como sendo de média propriedade por vários autores, a partir dos dados apresentados no já citado Relatório Carlos Prates de 1906. As fazendas visitadas por Prates em Juiz de Fora, organizadas no Quadro I, correspondem a algumas das mais importantes encontradas no município, mesmo que sobre algumas delas (uma de fato) faltem dados mais precisos sobre proprietários, ou localização. Estas fazendas, entretanto, revelam uma grande concentração de terras – mesmo não sendo as maiores do município, como se verá mais à frente – estabelecendo, portanto, a questão da utilização de fontes discursivas que podem nos dar uma visão ‘parcial’ sobre a realidade percebida pelos agentes do período. Carlos Prates visitou fazendas, ao menos em Juiz de Fora, de grande produção e grandes áreas envolvidas, entretanto, manteve a percepção da pequena e média propriedades de terra, o que a análise dos dados coletados tendem a discordar desta visão ‘tradicional’.

Apesar do Relatório se referir à visita de Prates em 1905 e, portanto, extrapolar os limites de nossa pesquisa, seus dados foram utilizados de forma generalizada para a região, mesmo retroativamente para o Oitocentos, como já apontado por Rômulo na crítica a João Heraldo Lima<sup>27</sup>. No entanto, o início do século XX foi um período de crise na cafeicultura nacional como um todo, por causa da queda do preço do café no mercado internacional, o que deve ter condicionado parte das análises de Carlos Prates, imprimindo uma visão pessimista para a região.<sup>28</sup>

Como exemplo dessas visitas, iremos citar duas dessas fazendas. Uma das propriedades visitadas foi a Fazenda de São Matheus, só que esta fazenda, na verdade, era inicialmente uma sesmaria doada em 1709 a Matias Barbosa da Silva pelo governador da Capitania do Sul do Brasil e confirmada depois em 1766 pelo Rei D. José I

---

<sup>27</sup> ANDRADE, Rômulo Garcia. op cit. p.18-19.

<sup>28</sup> Cf. NETO, Delfim. O p

com uma área de 497 alqueires de terra, sendo ainda, esta propriedade vendida diversas vezes<sup>29</sup>. À época da visita ela era de propriedade do Dr. Cândido Teixeira Tostes que, no dizer de J. Procópio Filho:

(...) foi o maior cafeicultor de Minas e, por isso cognominado o Rei do Café, no Estado. Nascido em 5 de Fevereiro de 1842 era bacharel em direito e foi diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Homem dinâmico e inteligente implantou nas suas fazendas (São Mateus e Sant’Anna) as maiores lavouras de café do Estado de Minas.<sup>30</sup>

Não encontramos o inventário de Cândido Tostes, apesar de sua importância para a região, mas, para além do exagero que pode haver nas expressões acima, confirma-se ao menos a importância da cultura cafeeira. Sobre a sua outra fazenda, constatamos no inventário da baronesa de Sant’Anna em 1870, a presença de 500.000 pés de café, sendo que, já em 1901, Cândido Tostes era o seu proprietário, pois a havia arrematada ao herdeiro Frederico Ferreira Lage, neto da baronesa. Portanto, se Carlos Prates não a visitou (a fazenda da Fortaleza de Sant’Anna), ao menos tinham referência sobre a dimensão do cafeicultor com quem estava lidando.

Outra fazenda visitada foi a Fazenda de Santo Antônio que era “*oriunda da Sesmaria de S. Mateus, de onde se desmembrou*”<sup>31</sup> e, apesar de ter uma área de apenas 107 alqueires, seu proprietário Dr. Saint-Clair (genro de Cândido Tostes, sendo deste casamento à origem da fazenda) “*fez grandes plantações de Café (...) em uma determinada safra obtido maior produção que SÃO MATEUS*”.<sup>32</sup>

#### **Quadro I: Fazendas visitadas por Carlos Prates em Juiz de Fora em 1905**

Fazendas	Distrito	Área (em alqueires)	Cafezais	Origem dos Dados
Salvaterra	S. José do Rio Preto	225	316.000	Inventário
São Matheus	Cidade	495,43	?	A. V. R. J. F.
Santo Antônio	Cidade	107,72	?	A. V. R. J. F.
Paciência	Matias Barbosa	251,98	?	A. V. R. J. F.
S. Luiz	Sem indicações precisas, existiram pelo menos duas fazendas com este nome.			

Fonte: Fazenda Visitadas por Carlos Prates em Juiz de Fora, apud LANNA, Ana op cit Inventário *post-mortem* no 653 AH – UFJF  
A.V. R. J. F.: **Aspectos da Vida Rural de Juiz de Fora**, op cit.

<sup>29</sup> FILHO, João Mariano Procópio. **Aspectos da Vida Rural em Juiz de Fora**. S. Ed. Juiz de Fora: 1978.p. 48.

<sup>30</sup> Idem, ibdem.

<sup>31</sup> Idem. p. 60.

<sup>32</sup> Idem, ibdem. (grifo do autor).

Ainda sobre a estrutura fundiária da Zona da Mata mineira, diversos estudos ampliaram a noção da grande propriedade e “*revelam uma brutal concentração da propriedade fundiária para a vila do Santo Antônio do Paraibuna em meados do século XIX*”,<sup>33</sup> como no trabalho já citado de Anderson Pires. A metodologia adotada por Pires foi a de separar os registros de terras entre 1855/56 com mais de 200 alqueires, por ser a média da *grande propriedade* estimada no vale do Paraíba Fluminense<sup>34</sup>. Optamos, também, dada a quantidade de informações coletadas nos inventários, por delimitar como *média propriedade* àquela de 40 a 199 alqueires de terra, sendo, portanto, a *pequena propriedade* aquela que possuísse menos de 40 alqueires de terra. A partir destes critérios, organizamos a tabela II que confirma esta ‘*brutal concentração da propriedade fundiária*’ para o período subsequente ao estudado por Anderson Pires:

**Tabela II: Estrutura da concentração fundiária nos inventários *post-mortem* do município de Juiz de Fora, 1870 - 1888**

Extensão	Nº inventários	% de inventários	Área (alqueires)	% de área
+200 alqueires	38	12,33	16.419,50	54,11
40-199 alqueires	124	40,25	11.946,75	39,37
-40 alqueires	146	47,40	1.976,00	6,51
TOTAL	308	100	30342,25	100

Fonte: 481 Inventários *post-mortem* AHUFJF. 1870 – 1900

A partir destes dados, vemos que apenas 12,33% dos proprietários de terra (301 no total), ou seja, 38 fazendeiros possuíam 54,11% das terras disponíveis, em fazendas de mais de 200 alqueires, o que não corrobora a idéia de Ana Lanna e João Heraldo Lima, por exemplo, acerca da pequena e média propriedade para a região e amplia a idéia inicial de Anderson Pires. Para avançarmos mais nesta discussão, buscamos especificar as fazendas cafeicultoras, bem como a articulação com o trabalho escravo até 1888. Delimitamos então as grandes unidades produtoras de café, tomando como base a metodologia adotada por Rômulo Andrade em seu artigo “**Escravidão e**

<sup>33</sup> PIRES, Anderson. op cit. p. 35.

<sup>34</sup> Tal metodologia foi tomada em FRAGOSO, J. L. R. Dissertação de Mestrado. op cit. p. 63, em estudo realizado por este autor, eram estas fazendas (acima de 200 alqueires) que apresentavam condições ‘ótimas’ de funcionamento, como benfeitorias, produção de alimentos para consumo e tropas de animais que reduziam os custos de transporte.

**Cafeicultura em Minas Gerais: o caso da Zona da Mata**”,<sup>35</sup> considerando como grandes proprietários rurais aqueles que possuíam mais de 50 escravos e a partir daí delineando o tamanho da grande propriedade, bem como a produção cafeeira. Separamos, então, os dados, sobre os quais encontramos 39 inventários, muito próximo, portanto, ao número de grandes unidades indicadas a partir da metodologia adotada por Anderson, embora o nosso critério, aqui, seja outro.

Na prática, apenas 5 destes possuíam menos de 100 alqueires de terra. Por outro lado, temos um inventário do tenente coronel Francisco Alves de Assis, de 1870, que possuía 1.317 alqueires; ao mesmo tempo, apenas 4 inventários foram excluídos, 2 por não possuírem cafezais e 2 por não possuírem a delimitação exata de terras. Aos 35 inventários restantes acrescentamos também mais 06 inventários (agrupados na tabela III), pois, apesar de terem menos de 50 escravos, possuíam mais de 160.000 pés de café, o que foi a média encontrada por Vilma Almada e que reputamos ser um bom indicativo, pois era comparativamente maior que outras regiões do país<sup>36</sup>.

Encontramos, então, a média da grande propriedade com 280,53 alqueires, para 93 escravos e 264.572 pés de café, por unidade. Desta forma acreditamos ter corroborado e ampliado à noção de Rômulo acerca da grande propriedade como unidade básica para a cafeicultura matense. Em relação aos dados coletados para até 1888, estes 41 inventários (de um total 481) detinham ainda 3.849 escravos, ou 53,72% do total de escravos (que era de 7.164), ao mesmo tempo, 37,90% de todas as terras, ou 11.502 alqueires (de um total de 30.342,25). Quanto aos pés de café, de um total de 16.761.748 pés, estes inventários representavam por fim 64,71% de todo o montante, ou 10.847.453 pés. Isto ainda se pensarmos que estamos excluindo dois inventários de grandes cafeicultores da região, por não possuírem a delimitação exata de terras, o que aumentaria ainda mais esta média.

Esperamos ter demonstrado assim a predominância da grande propriedade, de forma suficientemente clara, para a região da Mata mineira, principalmente no que se refere à produção cafeeira.

---

<sup>35</sup> ANDRADE, Rômulo Garcia. op cit. p. 96-97.

<sup>36</sup> Modificamos, portanto, a metodologia de Rômulo Garcia, pois não somente a propriedade de escravos era significativa (2 tinham 49 escravos, 2 possuíam 46, 1 tinha 43 e 1 possuía 36), mas principalmente a quantidade de cafezais é altamente expressiva, juntos, este 06 inventários possuíam mais de 1.300.000 pés.

**Tabela III: Principais Produtores De Café Para O Município De Juiz De Fora - 1870 - 1887<sup>37</sup>**

Nº	Inventariado	Abertura	Escravos	Terra	Cafezal
629	Maria da Conceição Monteiro da S.	1875	265	470	726.000
456	Ten. Francisco de Assis Alves	1870	262	1.317	1.541.000
475	Baronesa Sant'ana	1870	235	620,5	500.000
846	Maria Luisa Barbosa	1882	180	227	660.000
453	Rozenda Deodolinda M. da Silva	1870	157	508,5	246.214
633	Maria Vieira D'aquino Leite	1875	154	233	514.000
938	Major Joaquim Mendes Ferreira	1886	136	765,5	244.000
684	Francisca Benedita de Miranda Lima	1877	134	567	228.750
701	Ignácia Cândida de Moura	1878	128	471	337.000
536	Francisco Basílio Duque	1872	117	431	212.000
1416	Cel. Francisco Ribeiro de Assis	1874	115	500	211.000
715	Francisco Antônio de Faria	1878	103	551	187.000
1694	Anastácio Rodrigues de Aguiar	1874	101	180	22.600
653	Rosalina Augusta de Ramos Leite	1876	96	300	316.000
889	Maria José Horta da Fonseca	1883	86	76	213.000
923	Francisco Augusto Teixeira Leite	1884	83	209	214.000
997	Henriqueta Francisca Pacheco	1887	82	405	219.000
600	José Monteiro de Barros	1875	82	89	149.000
831	Carlota Benedita Ávila	1882	75	65	141.000
826	Ana Helena Monteiro de Castro	1882	72	244	252.000
630	Amélia Augusta de Abreu	1875	71	469,5	68.000
800	Maria Gonçalves de Vasconcelos	1881	71	143	282.000
577	Comendador João Pereira Coelho	1874	69	186,5	232.000
717	José Bibiano Rodrigues Valle	1878	69	101	200.000
1666	Eufrazia De Pontes Fernandes	1886	66	182	139.000
493	Francisco Damas da Costa	1871	63	231	125.000
650	Ana Esmeria do Sacramento	1876	62	105	274.000
798	Francisca Candida Ferreira	1881	61	100	176.035
738	Desembargador Joaquim Ferreira O	1879	59	60	66.000
510	Guilherme Pedro Hemmitz	1871	58	144	32.000
793	Antônio Joaquim Cerqueira	1880	56	137	242.000
478	Antonia Joaquina Ribeiro	1870	55	87	169.000
988	Mariana Teodora de Almeida	1887	55	112,5	160.000
769	Luiza Emerenciana de Jesus	1880	51	158	149.800
646	Maria N. de Barbosa Mendes	1878	51	329	70.000
598	Domingos Damásio da Costa	1874	49	183	291.600
871	Antônio Diniz De Souza Bastos	1883	49	95	199.000
865	Francisca Octavianna de Barros Leite	1883	46	103	159.454
958	Inocencia Damiana de Faria	1886	46	70	211.000
945	Belarmina Alves Barboza de Barros	1886	43	75	185.000
936	Marianna de Azevedo Assis Moreira	1885	36	201	283.000

Fonte: 41 Inventários Post-mortem AH-UFJF 1870 – 1887

<sup>37</sup> O marco de 1887 foi arbitrado pelas fontes, pois não encontramos inventários para o ano de 1888 onde constassem o arrolamento de escravos, dado a abolição ter sido no início do ano, quando fomos analisar os inventários do período seguinte (até 1900), ao listarmos os grandes proprietários, levaremos em conta o ano de 1888.

Estes grandes fazendeiros detinham ainda diversos outros ativos, como obviamente se pode relacionar às suas atividades e status social: benfeitorias, casas de morada, ranchos, senzalas, roças, animais, móveis e artigos de luxo. Encontramos também uma significativa diversificação nos seus ativos, como casas urbanas (de morada e de aluguel), ações, debêntures, apólices, dinheiro aplicado em bancos e dívidas ativas, por exemplo. De fato, estamos falando de uma minoria que detém grande parte da riqueza do município, pois estes 41 inventários, ou apenas 8,52% do total de 481, detêm 48,39% de toda a riqueza do período estudado. Estes dados reforçam a idéia de uma brutal concentração, não só de terras, mas de renda, pois ao trabalharmos com os inventários já estamos selecionando uma pequena parcela da população local, em cuja análise encontramos uma ‘minoria dentro da minoria’.

A predominância absoluta dos cafeicultores neste momento fica mais clara, pois, ao listarmos os 30 inventários mais ricos do período, 22 estão entre os grandes fazendeiros de nossa mostra, sendo que, entre os 10 primeiros, os 09 mais ricos também estão na mostra. Em anexo, temos a lista completa destes ‘30 mais ricos’ com seus bens e propriedades, sendo que a grande maioria deles também eram produtores de café e só não foram incluídos em nossa lista porque ou eram cafeicultores em proporções mais modestas, ou por que não se utilizavam de mão-de-obra escrava, ou ainda porque não tinham exata delimitação de terras, como é o caso do 11º inventário mais rico do período, de José Antônio Henriques, aberto em 21/01/1870, proprietário da fazenda da Boa Vista. José Antônio possuía também 106 escravos, além de 131.800 pés de café, e só não foi incluído na mostra por não possuir delimitação exata de terras, apesar de estas valerem 52:000\$000, o que deveria significar pelo menos 300 alqueires de terra.\*

São estes grandes proprietários que produzem grande parte do café, a principal atividade econômica da região, bem como serão estes, e outros mais, que terão a sua principal fonte de riqueza comprometida com o processo de abolição da escravidão, visto que a proporção da riqueza investida nos escravos destes 41 inventários era de 28,86% do total. Quanto ao total de terras e café, 21,63% e 17,05% respectivamente do total da riqueza destes fazendeiros estava relacionada a estes ativos, assim 67,54% de toda a fortuna se referia diretamente à produção cafeeira. Chamam atenção, ainda, os

---

\* Esta hipótese leva em conta que o preço médio das terras para a região era, para o período de 1870 – 88, de 154\$236 por alqueire cf. p 23 deste artigo.

ativos diretamente ligados a uma modernização da riqueza, como ações de bancos e companhias, apólices, títulos da dívida pública, debêntures e dinheiro em conta, que se constituem em 20,77% da riqueza, ficando somente 11,69% da riqueza dividida entre casas, benfeitorias, roças de alimentos, animais, móveis e artigos de luxo.

Assim, a visão de uma parcela de grandes fazendeiros, em nosso caso cafeicultores, que se apóiam em um luxo ostentatório, privada de uma ‘racionalidade econômica’ mais capitalista cai por terra. Claro que a maioria destes inventários possuía bens e artigos de luxo compatíveis com as suas riquezas, mas, na verdade vemos que estes fazendeiros são grandes agentes da modernização econômica do município. Quase todas as grandes empresas e instituições financeiras e comerciais da região têm no capital destes fazendeiros uma importante parcela de seus recursos<sup>38</sup>.

**Quadro II: Descrição dos Principais Investimentos financeiros de mostra selecionada de 41 cafeicultores de Juiz de Fora 1870 – 1987**

<b>AÇÕES</b>			
Nome	Valor	Quant.	Ocorrências
Cia União Industria	35:100\$000	110	3
Est. de Ferro Comércio e Rio das Flores	800\$000	40	1
Estrada de Ferro do Oeste	400\$000	2	1
Empresa dos Lavradores	1:000\$000	1	1
Cia. União Mineira	151:402\$000	1008,8	1
Cia Ferro Carril Bondes de Juiz de Fora	400\$000	2	1
Cia Ferro Carril Paraibuna e Porto das Flores	1:100\$000	5,5	1
Estrada de Ferro Juiz de Fora e Piau	3:000\$0000	170	2
<b>APÓLICES</b>			
Cia da Dívida Mineira	13:300\$000	-	1
Dívida Pública Geral	199:155\$000	-	4
Associação Prot. da Família (seguro de vida)	32:000\$000	3	2
Associação Popular Fluminense (idem)	16:350\$000	1	1
<b>DINHEIRO</b>			
Dinheiro em moedas de ouro e prata	1:203\$600	-	3
Libras esterlinas	1:010\$000	-	1
Dinheiro com inventariante e particulares	97:080\$763	-	6
Dinheiro em conta corrente com comissários	18:960\$986	-	3
<b>DÍVIDA ATIVA</b>			
Dívidas de Casas Comerciais	233:409\$274	16	7
Dívidas com particulares	1:530:182\$137	443	23

Fonte: 41 inventários post mortem do AH-UFJF  
Ocorrência: número de inventários onde apareceram tais investimentos

<sup>38</sup> Cf. novamente ALMICO, Rita de Cássia op. cit. e PIRES, Anderson op. cit



Por outro lado, independentemente do tamanho das terras e do número de pés, dos 190 inventários dos quais constavam cafezais, 154 possuíam escravos (ou 81,05% do total), na maioria das vezes, em quantidades compatíveis com a proporção escravos *versus* pés de café. Poderíamos dizer, portanto, que a produção de café se dava sem o trabalho escravo (ou ao menos sem a propriedade do escravo) em 35 inventários do período, ou somente 18,51% do total. Entretanto, se avaliarmos os inventários em que a abolição libertou todo o plantel, além do caso de um senhor que liberta todos os seus escravos, nas vésperas da abolição, e ainda além de um inventário onde os escravos pertenciam ao filho, enquanto os cafezais pertenciam à mãe (portanto, no inventário da mãe, não constavam escravos), o número de propriedades que produziam café sem o braço escravo cai para apenas 20 inventários, ou somente 10,58% do total. Reforçando, então, a importância e a vinculação ao setor cafeeiro com a estrutura escravista para o município de Juiz de Fora, tais dados reafirmam o que outras pesquisas já demonstravam. Assim, para um universo de 7.164 escravos, 5.816, ou 80% do total, estavam em fazendas das quais constava a produção de café. Estas fazendas, por sua vez, possuíam 15.707.653 pés de café, o que significa 87,32% do total da região (que era de 17.986.853). Temos, então, que a média de pés de café cuidadas pelos municípios era de 2.665,476 pés por escravo. É claro que nem todos estes escravos estavam diretamente ligados à lavoura (embora na maioria dos dados sobre eles, em que consta a profissão, haja a declaração de serem '*roceiros*' e '*lavradores*'), mas é importante retermos este aspecto: quase todas as grandes unidades produtoras de café de Juiz de Fora mantiveram o trabalho escravo até as vésperas da abolição, dado este que já foi apreendido pela historiografia a partir de outras fontes documentais e que podemos comprovar, com mais precisão, através da análise dos inventários.

A abolição da escravidão teria tido, então, um impacto significativo para Juiz de Fora e região, visto que a maioria dos cafeicultores contava com o braço cativo até as vésperas da lei de 13 de maio. Poderia-se até supor uma derrocada dos grandes fazendeiros, ou uma queda na produção, na verdade, a realidade foi bem outra, fora alguns poucos fazendeiros<sup>39</sup> que acabaram por quebrar, com o impacto da abolição, a

---

<sup>39</sup> cf. por exemplo o caso do Barão de São José das Três Ilhas in SARAIVA, Luiz Fernando

produção cafeeira do biênio 1888/89 foi ascendente, o que indica terem os fazendeiros reagidos de forma *satisfatória* as novas demandas de trabalhadores.

Tais questões são importantes por nos balizar as condições sociais e econômicas para a transição da mão-de-obra, na medida em que apontam para uma maior capacidade dos fazendeiros em fazerem frente às mudanças do próprio regime de trabalho. Se for certo que as fazendas para Juiz de Fora continuavam com suas áreas delimitadas, como afirma Anderson Pires, sendo a demanda por trabalhadores já previamente conhecida, a questão da mão-de-obra vai-se resolver então preferencialmente com o trabalhador local.<sup>40</sup> Agitações por certo ocorreram, abandono de algumas fazendas, projetos de introdução em massa de imigrantes como a fundação da Hospedaria Horta Barbosa demonstram ter sido a Abolição um ponto de inflexão para as elites locais, como também havia sido para todas as regiões do Império. O que se desprende desta discussão é o fato dos fazendeiros de Juiz de Fora manterem o controle sobre os trabalhadores em geral...

Assim, para continuarmos a discussão sobre o impacto da abolição, temos que para os inventários a partir de 1888 fizemos um novo estudo para identificarmos às grandes propriedades e pensarmos sobre as alterações que poderiam ter ocorrido no pós-abolição e na produção cafeeira. Temos então que entre 1888 – 1900, dos inventários que tinham dados precisos sobre quantidade de terras, 201 proprietários foram identificados. Suas terras somavam 22.984,897 alqueires, sendo que 12.433,177 estavam ligados à atividade cafeeira, ou 54,09% do total. Se comparados com os dados da primeira ‘parte’ da pesquisa, vemos que houve uma pequena diminuição do número de propriedades que se dedicaram a produção cafeeira (de 61% para 54%).

Entretanto, temos alguns problemas com os inventários, como o de Francisco Antônio de Jesus, aberto em 1900. Dos 4 volumes originais do inventário, apenas 1 restou no Arquivo Histórico da UFJF, justamente o de demarcação de terras. Francisco Antônio era proprietário de uma sesmaria em Chapéu D’Uvas de cerca de 2.000 alqueires, no valor de 648:000\$000, mas nenhum outro dado sobre produção, benfeitorias ou casas foi encontrado para avaliarmos qual era a atividade desta fazenda. Sabemos também que o distrito de Chapéu D’Uvas era um dos grandes centros

---

<sup>40</sup> LANNA, op cit p.

produtores de café da região<sup>41</sup>, e ao que tudo indica, a hipótese de que esta sesmaria também o produzisse nos parece bastante plausível. De qualquer maneira, optamos por manter o inventário, ou ao menos a avaliação das terras como forma de manter os dados sobre a posse de terras (muito embora este inventário vá ‘puxar para baixo’ a média final das propriedades cafeeiras).

Sem os escravos para nos servirem de referência, optamos por manter como conceito de grande unidade, a partir da discussão sobre a propriedade acima de 200 alqueires, independente do número de cafezais e, os produtores de café que tivessem acima de 166.692 pés de café que foi a média encontrada por Vilma Almada em seu trabalho como visto anteriormente, sabemos que a média em Juiz de Fora era superior a 160.000 pés, entretanto, optamos por manter este mínimo por que encontramos unidades bastante significativas quanto à produção de café, apesar da relativamente pequena quantidade de terras. Agrupamos os inventários na tabela IV, onde o temos 28 grandes fazendeiros.

Encontramos alguns médios proprietários de terra, como o caso de Francisca Theodora de Almeida cujo inventário aberto em 1889 aponta para um total de 54 alqueires de terra, o que poderia chamar a atenção no caso, seria a intensa ocupação das terras de cultura, pois a inventariada possuía um grande volume de cafezais, ou 190.000 pés, o que daria uma média de 47,5 alqueires de terras plantados com café.<sup>42</sup> Na verdade, parte dos cafezais de Francisca Theodora estavam plantados em outra fazenda e, se ela foi mantida na mostra é porque o número de cafezais era altamente expressivo. Estes proprietários possuíam um total de 8.009,25 alqueires, ou 34,84% do total das terras do período, ao mesmo tempo os cafezais destes inventários somam 6.919.562 pés, de um total de 10.430.731. Vemos assim que, apesar da diminuição percentual das grandes propriedades elas mantêm grande parte da produção de café, ou 66,33% do total de cafezais. A nossa grande unidade produtora para o período foi então uma média de 286,04 alqueires, com 247.127,21 pés de café por fazenda. Dados muito próximos, portanto, aos do 1º período. Há que se destacar que, pelo período relativamente curto deste

---

<sup>41</sup> ESTEVES, Albino, “Álbum do Município de Juiz de Fora”. P. 511

<sup>42</sup> A média de pés plantados por alqueires era de 4.000 a partir do estudo de HERALDO, J. L. op. cit.

segundo período 1888 – 1900, e o tipo de fonte trabalhado (os inventários), poderia se ter dificuldades em perceber de maneira clara, alterações na estrutura de terras, principalmente no que toca a regime de propriedades, se grandes, médias ou pequenas. Porém, no trabalho de Anderson Pires que aborda um período de tempo maior (até 1930), o autor aponta para a continuidade da estrutura de terras centrada na grande propriedade para todo período estudado<sup>43</sup>, o que corrobora a idéia do controle sobre a terra, como condição de controle sobre a mão-de-obra.

**Tabela IV: Principais Produtores De Café Para O Município De Juiz De Fora 1888 - 1900**

Nº	Inventariado	Abertura	Terra	Cafezal
1402	Dr. Ignacio Ribeiro de Assis	1896	795	335.000
1003	Manoel Vidal Barboza Lage	1888	669,75	234.000
1659	João Paulo de Castro (Major)	1898	606	125.000
1230	Joaquim Candido Guimarães	1893	595,91	77.200
1284	Hypólito Dornellas de Albuquerque Mello	1894	457	726.000
1251	Antônio José Corrêa Nogueira	1893	436,5	334.000
1192	Camilla Francisca de Assis Resende (Baronesa de J.F.)	1892	425	399.000
1657	Visconde de Itatiaia	1900	400	400.000
1031	Vicente Antônio da Silva E Oliveira	1889	344	89.000
1087	Messias Leopoldina de Campos	1890	286,12	309.700
1586	Emília Bernardino de Aquino	1899	265	129.000
1184	Antônio Bernardino de Aquino	1892	260	56.000
1164	Azarias Jose de Andrade	1892	248	278.000
1292	Candida Maria de Jesus	1894	230	127.500
1562	Maria Candida Espíndola	1899	226	82.000
1153	Francisco Justino de Barros	1891	220,5	60.000
1679	Geraldina Antônia de Souza Vargas	1900	211	344.000
1155	Ildefonso Monteiro de Barros	1891	184	221.000
1269	Joaquim Candido de Oliveira	1894	160	245.000
1561	Modesto Camillo de Campos	1899	157,5	633.000
1169	Libania De Andrade Campos	1892	141,5	216.000
1465	Evaristo Augusto Botelho	1896	127	170.000
1146	Antonio Joaquim Fabiano Alves	1891	124,5	245.000
1024	Francisco Pedro Monteiro da Silva	1888	122,5	286.000
1648	Baroneza de São Jose do Rio Preto	1900	119	225.000
1507	Luisa Brandão de Assis Fonseca	1897	82,7	199.162
1157	Adelaide Gabriela Monteiro de Barros	1891	60,77	184.000
1565	Francisca Theodora de Almeida	1899	54	190.000

Fonte: 28 Inventários Post-mortem do AH-UFJF

<sup>43</sup> PIRES, Anderson op cit. p

Pela comparação com os dados dos dois períodos, vemos que a estrutura agrária não se alterou significativamente com o impacto da abolição e que, se a produção de café declinou (em termos relativos), este declínio não deve ser reputado ao fim do trabalho escravo, dado este também já visto por Anderson Pires e também por Rita Almico, de que a produção permanece em ritmo de crescimento no final do oitocentos e início do século XX.

Quanto ao montante da riqueza, vemos que o fim da escravidão traz consigo o crescimento de ativos ligados a uma maior liquidez das fazendas bem como de um maior aparelhamento financeiro, ou seja, principalmente dinheiro, títulos, apólices, ações e investimentos em imóveis urbanos (casas) e terrenos.

A capacidade financeira destes agentes vai se constituir em um importante elemento de controle sobre os trabalhadores a partir da Abolição que vamos investigar melhor neste momento. Assistimos a partir de 1888 um aumento da importância de atividades ligadas a uma maior liquidez. No quadro III podemos ver, dentro da mostra selecionada de 28 grandes fazendeiros de café, o quanto cresceram os investimentos destes, em ações, títulos, apólices, dinheiro e dívidas ativas.

**Quadro III: Descrição dos Principais Investimentos financeiros de mostra selecionada de 28 cafeicultores de Juiz de Fora 1888 – 1900**

<b>AÇÕES</b>			
Nome	Valor	Quant.	Ocorrências
Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais	107:015\$000	383	4
Banco da República do Brasil	42:975\$000	668	3
Cia Construtora Mineira	12:000\$000	100	1
Cia Geral das Estradas de Ferro do Brasil	87:836\$000	480	2
Banco Sul Minas	80:000\$000	400	1
Cia União dos Lavradores	3:000\$000	50	1
Organização Agrícola Mineira	2:000\$000	10	1
Cia Mecânica Mineira	10:000\$000	50	1
Cia Químico Industrial de Minas Gerais	13:500\$000	75	2
Cia Carris de São Cristóvão (RJ)	45:000\$000	225	2
Banco de Crédito Real de Minas Gerais	51:000\$000	535	4
Cia Mineira de Eletricidade	29:200\$000	300	3
Cia de Estrada de Ferro do Oeste de Minas	700\$000	3,5	1
Banco de Crédito Rural e Internacional	6:000\$000	200	1
<b>APÓLICES</b>			
Nome	Valor	Quant.	Ocorrências
Cia New York life (seguro de vida)	188:565\$000	3	3
Dívida Pública Geral	485:970\$000	490	6
Dívida Pública Municipal (JF)	10:400\$000	53	3
Banco de Crédito Real de Minas Gerais	52:400\$000	512	1
Cia de Estrada de Ferro Leopoldina	5:352\$000	60	1
Estrada de Ferro Juiz de Fora – Piau	36:250\$000	250	1
Cia Curatório de Barbacena	10:000\$000	-	1
Cia Clínico Industrial	5:000\$000	-	1
Cia Cerâmica de Barbacena	25:504\$650	-	1
Cia Barreira Barroso	10:000\$000	-	1
Cia Geral das Estradas de Ferro	3:276\$000	52	1
<b>DINHEIRO</b>			
Dinheiro em moedas de ouro e prata	140\$000	-	1
Libras esterlinas	15\$000	1	1
Dinheiro com inventariante e particulares	686:249\$925	-	13
Dinheiro em conta corrente com comissários	61:591\$830	-	3
Dinheiro depositado em Conta em Bancos	339:647\$760	-	4
<b>DÍVIDA ATIVA</b>			
Dívidas de Casas Comerciais	335:891\$767	19	5
Dívidas com particulares	2:096:721\$473	410	19

Fonte: 28 inventários *post-mortem* AHUFJF  
Ocorrência: número de inventários onde apareceram tais investimentos

Apesar da nossa mostra de grandes fazendeiros para os dois períodos ser quantitativamente diferente (41 para o primeiro período e 28 para o segundo, considerando-se também que o recorte temporal é menor), por isto mesmo as mudanças efetuadas no ‘perfil’ das riquezas são significativamente importantes.<sup>44</sup> Somente a posse de ações nas mãos dos fazendeiros subiu, em relação ao período anterior à Abolição, 222,62%. Quanto às apólices e debêntures vemos que estes tipos de títulos apresentaram um crescimento de 319,28%, já em dinheiro vemos que estes 28 fazendeiros possuíam 1:087:644\$515, ou um crescimento de 919,74% (o que corrobora a maior capacidade de ‘circulação monetária’ por parte dos cafeicultores da cidade defendida ao longo deste trabalho). Por último, quanto às dívidas, temos um total de 429 ocorrências que perfazem um total de 2:432:613\$240; em relação às dívidas até 1888 vemos, então, um crescimento de 137,93%.

Principalmente a posse de dinheiro e as dívidas nos mostram a importância que estes cafeicultores tinham para o município – apesar da fundação de Bancos locais e do interesse do governo imperial, depois federal em ampliar a oferta de crédito – eram esses ‘agentes’ que continuavam a emprestar grande parte do dinheiro necessário à região. Rita Almico já havia demonstrado como a existência de dívidas era fator da capacidade de endividamento e da oferta de crédito por parte dos membros desta sociedade, o que pode apontar para a existência de uma liquidez para a economia local.

Ainda sobre os ativos denominados financeiros, podemos discutir que, embora a inflação no período seja extremamente elevada,<sup>45</sup> em termos percentuais este tipo de ativos aumentou consideravelmente a sua participação no montante da riqueza, passando de 20,77% do período anterior para 48,94% no período posterior (no caso dos grandes cafeicultores). Essa ‘financeirização’ da riqueza significava acesso a circuitos que excluía boa parte da população e mantinham o poder destes agentes para ‘fora’ dos limites de suas fazendas. Ou seja, a economia e a população de Juiz de Fora, de uma maneira geral, permaneciam sob o controle, quer direto ou indireto, dos grandes fazendeiros.

---

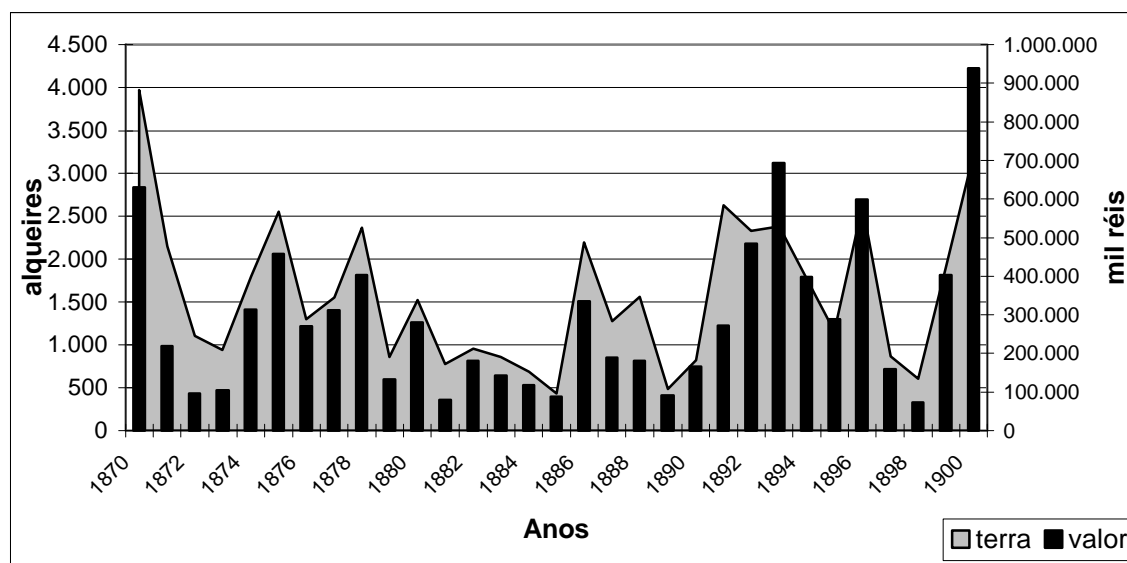
<sup>44</sup> Além disso o ano de 1898 apresenta somente um único inventário, criando, assim, uma distorção que preferimos manter, pois ‘eliminar’ este ano não iria resolver o problema dos dados.

<sup>45</sup> Cf. SCHULZ John “A crise financeira da Abolição”

Assistimos, no entanto, principalmente a uma maior valorização das terras, bem como uma maior participação no montante total da riqueza. Temos então que para o 1º período (1870 – 1888), encontramos 30.453,5 alqueires de terras, que valiam 4:697:055\$261, ou uma média geral de 154\$236 o alqueire; já no 2º período (1889 – 1900) encontramos 21.176,147 alqueires que perfaziam um total de 4:531:977\$701, ou 214\$013 o alqueire. Claro que esta é uma aproximação geral, mas é inegável uma maior valorização das terras que passa a assumir condição de maior controle sobre a mão de obra em geral.

Em uma análise mais detalhada, verificamos o valor das terras por ano para o período todo da pesquisa, ou seja, entre 1870 e 1900, como se percebe no gráfico a seguir.

**Gráfico II: Relação Terras e Preços Encontradas nos Inventários *Post-mortem* 1870 – 1900**



Fonte: 682 inventários *post-mortem* AH-UFJF

A análise deste gráfico nos permite supor que o período onde as terras na região alcançaram o seu mais alto preço foi logo após a abolição da escravidão, ou seja, entre 1892 e 1900, isto porque o preço alcançado pelas terras superou os demais períodos. Podemos tirar várias conclusões a respeito: A 1ª seria considerar que a cidade de Juiz de Fora já apresentava um esgotamento de terras, o que justificaria este aumento de preços, esta tese é refutada em parte por Anderson Pires, conforme já vimos anteriormente.



Uma 2ª hipótese refere-se a uma ‘consciência’ mais clara por parte dos grandes fazendeiros da necessidade maior controle das terras como forma de manter um controle da mão-de-obra doravante ‘livre’ porém, com certos limites nesta liberdade.

Na verdade acreditamos que as duas hipóteses não são excludentes, de fato, as matas virgens para o município de Juiz de Fora já estavam se esgotando como se pode perceber da análise dos inventários, embora não para toda a região da Zona da Mata mineira. Ao mesmo tempo, entendermos que a terra vai se constituir numa das principais formas de controle sobre os trabalhadores é algo que apenas esboçamos neste trabalho, mas chama a atenção para a necessidade de estudos que aprofundem mais este tema.

### Relação dos 30 inventário mais ricos para o período 1870 -1887

Data	Inventariado	Nº	Monte Mor
1875	MARIA DA CONCEIÇÃO MONTEIRO DA SILVA	629	1:301:163\$000
1886	MAJOR JOAQUIM MENDES FERREIRA	938	1:266:343\$906
1870	FRANCISCO DE ASSIS ALVES (TENENTE)	456	841:244\$332
1870	BARONESA SANT'ANA	475	584:702\$727
1882	MARIA LUISA BARBOSA	846	508:216\$545
1870	ROZENDA DEOLINDA MONTEIRO DA SILVA	453	490:202\$333
1874	CEL. FRANCISCO RIBEIRO DE ASSIS	1416	488:238\$718
1877	FRANCISCA BENEDITA DE MIRANDA LIMA	684	471:713\$923
1882	ANA HELENA MONTEIRO DE CASTRO	826	445:970\$068
<b>1884</b>	<b>DOMINGOS JOSÉ MACHADO</b>	<b>905</b>	<b>440:985\$928</b>
1870	JOSE ANTONIO HENRIQUES	470	428:334\$944
1870	BARÃO DE IBERTIOGA	483	420:178\$750
1883	MARIA JOSÉ HORTA DA FONSECA	889	419:856\$660
1878	IGNÁCIA CANDIDA DE MOURA	701	392:744\$584
1880	FLORISBELLA FCA. DE ASSIS BARBOSA LAGE	760	375:814\$266
1878	JOSÉ BIBIANO RODRIGUES VALLE	717	368:936\$913
1875	MARIA VIEIRA D'AQUINO LEITE	633	343:888\$000
1876	ROSALINA AUGUSTA DE RAMOS LEITE	653	320:079\$250
1878	FRANCISCO ANTÔNIO DE FARIA	715	318:378\$760
1874	DOMINGOS DAMSCO DA COSTA	598	283:093\$302
1872	FRANCISCO BASILIO DUQUE	536	271:179\$050
<b>1877</b>	<b>ANGELINA DUARTE MENDES</b>	<b>676</b>	<b>267:215\$083</b>
1874	JOÃO PEREIRA COELHO (COM.)	577	256:847\$483
1885	LUCIA JOAQUINA MOREIRA	941	253:406\$871
1887	HENRIQUETA FRANCISCA PACHECO	997	252:656\$490
1880	LUIZA EMERENCIANA DE JESUS	769	249:763\$880
1871	MARIA ANGÉLICA DAS DORES	1692	239:873\$440
<b>1871</b>	<b>GERTRUDES TEODORA DE LIMA</b>	<b>517</b>	<b>230:151\$870</b>
1874	MARIANA TEREZA DUARTE	576	229:517\$069
1880	ANTÔNIO JOAQUIM CERQUEIRA	793	215:595\$901

Nomes em negrito: **Não cafeicultores**  
 Nomes em cinza: Não proprietários de escravos

## **Bibliografia:**

- ALMADA, Vilma. **Escravidão e Transição**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- ALMICO, Rita de Cássia da S. **Fortunas em Movimento: Um Estudo Sobre as Transformações na Riqueza Pessoal em Juiz de Fora/1870 – 1914**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia/Unicamp, 2001.
- ANDRADE, Rômulo Garcia. **Escravidão e Cafeicultura em Minas Gerais: o caso da Zona da Mata**. Rev. Brasileira de História, v. 11, n 22, pp. 93-131, mar./ago. 1991.
- \_\_\_\_\_ **Limites Impostos Pela Escravidão à Comunidade Escrava e Seus Vínculos de Parentesco: Zona da Mata e Minas Gerais, Século XIX**. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.
- BLASENHEIN, Peter. **Uma História Regional: A Zona da Mata Mineira - 1870 / 1906**. In: V Seminário de Estudos Mineiros. PROEP/UFMG, Belo Horizonte, 1982.
- ESTEVES, Albino **Album do município de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1915.
- FILHO, João Mariano Procópio. **Aspectos da Vida Rural em Juiz de Fora**. S. Ed. Juiz de Fora: 1978.
- FRAGOSO, João L. Ribeiro. **Sistemas Agrários em Paraíba do Sul: (1850-1920). Um Estudo de Relações Não-Capitalistas de Produção**. Dissertação de Mestrado. UFRJ, 1983.
- GIROLETTI, Domingos. **A Modernização Capitalista em Minas Gerais**. Tese de Doutorado. Museu Nacional, UFRJ, 1987.
- SCHULZ, Jonh. **A Crise Financeira da Abolição**. São Paulo: EDUSP, 1997.
- LAMOUNIER, Maria Lúcia **Da Escravidão ao Trabalho Livre: A Lei de Locação de Serviços de 1879**. Campinas: Papirus Editora, 1988.
- LANNA, Ana L. **A Transformação do Trabalho: A Passagem Para o Trabalho Livre na Zona da Mata Mineira, 1870 – 1920**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.
- LIMA, João Heraldo. **Café e Indústria em Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. 2ª ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.
- PIRES, Anderson. **Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora 1870/1930**. Dissertação de Mestrado, UFF, 1993.

CHALLOUB, Sidney. **Visões de Liberdade: Uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte.** São Paulo: Cia das Letras, 1990.

STEIN, Stanley. **Grandeza e Decadência do Café do Vale do Paraíba.** Tradução de Edgar Magalhães. São Paulo: Brasiliense, 1961.

VIOTTI, Emília. **Da Senzala à Colônia.** 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1988.